

Parecer da Associação de Professores de Geografia

Exame Final Nacional de Geografia A Prova 719 | 2.ª Fase | Ensino Secundário | 2024 11.º Ano de Escolaridade

O presente documento resume algumas considerações feitas a propósito do Exame Final Nacional de Geografia A, 2.ª Fase de 2024, realizado no passado dia 19 de julho, resultantes da análise crítica da Associação de Professores de Geografia, professores de Geografia classificadores e associados que nos enviaram as suas respetivas apreciações.

A prova avalia os conhecimentos e as capacidades da disciplina enunciados nos documentos curriculares em vigor, homologados pelo Ministério da Educação, encontrando-se articulada com a informação-prova divulgada pelo IAVE, I.P..

Considerando que a disciplina de Geografia aborda temáticas e acontecimentos da atualidade, este Exame é mais atual do que o da 1.ª Fase, estando mais em consonância com os documentos normativos e com as aprendizagens em sala de aula – proporcionando aos alunos a oportunidade de aplicar os seus conhecimentos geográficos a questões de grande impacto e relevância social, política, económica e cultural, sem descurar a dimensão ambiental. Por exemplo, o exame inclui questões sobre as alterações climáticas e suas implicações para a gestão dos recursos hídricos, refletindo a crescente preocupação com a sustentabilidade ambiental; também aborda temas como os movimentos migratórios na Europa, relacionados, essencialmente, com as políticas de migração da União Europeia, permitindo que os alunos analisem fenómenos sociais e políticos contemporâneos. Além disso, há itens que (re)tratam diversas questões relacionadas com o urbanismo, explorando a dinâmica económica e cultural das cidades portuguesas e as suas transformações recentes (e.g. impacto do turismo) nas áreas históricas da cidade do Porto. Estes exemplos, ilustram, de facto, como esta prova se encontra alinhada com as aprendizagens, em sala de aula, relacionando-as com a realidade atual, e promovendo uma compreensão integrada e crítica dos acontecimentos nacionais e europeus/mundiais.

Apesar de seguir a tradição de Exames Finais Nacionais anteriores, este, bem como da 1ª Fase, utilizam uma linguagem excessivamente complexa, desconsiderando a

diversidade do universo dos alunos e os variados processos de ensino e de aprendizagem que povoam as escolas do país, o que acaba por comprometer a compreensão e desempenho dos estudantes. Esta complexidade linguística, por vezes excessiva, cria, deste modo, barreiras desnecessárias que não refletem a verdadeira capacidade dos alunos, especialmente daqueles que, apesar de terem, efetivamente, aprendido os conteúdos, não os conseguem transpor, em virtude da dificuldade de interpretação das questões apresentadas.

A este propósito, parece-nos importante relembrar que o objetivo dos Exames Nacionais Finais deve ser a avaliação normativa das Aprendizagens Essenciais e mais significativas, centrando-se no essencial e não no acessório, devendo, concomitantemente, permitir que todos os alunos, independentemente das suas origens ou contexto(s) escolar(es) que vivenciam, possam demonstrar o seu conhecimento e competências de forma justa e equitativa.

Além disso, persiste uma sobrevalorização dos conteúdos de Geografia Humana, tanto em termos de número de itens como no número de itens de carácter obrigatório. Esta tendência desequilibra a avaliação ao não considerar de forma adequada outras áreas igualmente importantes da Geografia, como a Geografia Física e a Geografia Ambiental. Uma avaliação desequilibrada não proporciona uma visão completa das competências dos alunos e pode, até, distorcer a forma como a disciplina é ensinada nas escolas, levando os professores a focarem-se, desproporcionalmente, nos tópicos mais frequentemente examinados.

Destarte, o carácter holístico e interdisciplinar da ciência geográfica é um pouco mais evidente nesta prova pelo maior número de itens que requer a mobilização e inter-relação de conhecimentos (e.g. a questão que envolve a análise da interdependência entre os consumos de água e energia, como representado na Figura 3, exige que os alunos compreendam, tanto os aspetos físicos e naturais, quanto as implicações económicas e tecnológicas das medidas de eficiência integrada; ou a análise das mudanças na paisagem agrária do Algarve, devido à substituição de culturas mediterrâneas por subtropicais, exige que os alunos considerem variáveis ambientais, económicas e climáticas, em simultâneo).

A estrutura do Exame Final Nacional de Geografia A é semelhante à da prova da 1.ª Fase e das provas transatas, quer na tipologia de itens, quer pelos Critérios Específicos de

Classificação apresentados. A este propósito é de destacar, favoravelmente, a continuidade da existência de itens de resposta obrigatória e opcional de tipologia distinta, possibilitando um resultado mais satisfatório para a generalidade dos alunos.

Quanto aos processos cognitivos mobilizados na resolução da prova, considera-se que o grau de complexidade é semelhante ao de edições anteriores, tendo em conta a obrigatoriedade de todos os itens de construção, a terminologia científica aplicada, o grau de exigência do conhecimento do território nacional e sua articulação com os conteúdos da disciplina. Acresce a mobilização dos conhecimentos geográficos na tomada de posição e a argumentação face às situações apresentadas, considerando as especificidades regionais e locais características do território. Estes itens relevam, particularmente, para um nível de raciocínio e pensamento crítico associados ao planeamento, ordenamento e gestão do território, enfatizando a importância da cidadania territorial.

Para assegurar um processo de classificação mais fiável, é crucial abordar a atual prática de recrutamento de professores classificadores, que muitas vezes inclui profissionais sem a devida formação ou com pouca experiência letiva. A formação de mais professores classificadores é imperativa, bem como a revisão dos critérios da Bolsa de Professores Classificadores. Esta revisão deve valorizar a experiência letiva e a prática de classificação, em vez de priorizar, automaticamente, quem lecionou o 11.º Ano de escolaridade, independentemente da sua formação e experiência. A atual preferência por professores sem profissionalização, que são contratados temporariamente durante o ano letivo, compromete a qualidade da classificação. Além disso, é recomendado que os Critérios Específicos de Classificação sejam revisados para serem mais claros e incluam um maior número de tópicos de resposta. Isso não só facilitaria o trabalho dos professores classificadores, como garantiria uma avaliação mais justa e precisa das competências dos estudantes.

Itens

A prova é composta por 28 itens, dos quais 18 são de carácter obrigatório e, de entre os 10 restantes, apenas os 6 com melhor pontuação contribuem para a classificação final. Esta estrutura permite dar oportunidade aos alunos de obterem uma melhor classificação em função do seu desempenho.

À semelhança da edição anterior, esta prova foi pouco criativa ao nível da tipologia de itens de seleção (20) e de construção (8) formulados, tendo, nestas categorias, havido um predomínio de itens de escolha múltipla (19) e de resposta restrita (6).

Os itens de construção encontram-se limitados ao nível da mera enumeração de medidas e/ou soluções a partir de um problema que lhe é apresentado *a priori*, como um dado adquirido, e não da análise cruzada de informação por parte do próprio. Esta abordagem limita a oportunidade de os alunos demonstrarem uma compreensão mais profunda e integrada dos conteúdos, já que se foca mais na memorização e enumeração do que na capacidade de análise e síntese crítica.

Neste tópico, parece-nos importante alertar que a Figura 7 e o item 5.1 deste Exame Final Nacional de Geografia A exigem dos alunos a mobilização de conceitos que não são fundamentais para a compreensão da relação entre a insolação e o seu aproveitamento energético, que é o principal objetivo deste grupo de questões:

- (i) a Figura 7 representa a variação da radiação solar média mensal na ilha das Flores, diferenciando entre radiação no topo da atmosfera, radiação difusa à superfície, radiação global à superfície e radiação direta à superfície. Embora esses dados sejam cientificamente relevantes, a distinção entre esses tipos de radiação e a sua variação mensal adicionam camadas de complexidade que podem não ser necessárias para avaliar a compreensão básica da relação entre insolação e aproveitamento energético;
- (ii) o item 5.1 debruça-se sobre a diferença entre a radiação solar no topo da atmosfera e a radiação global na superfície terrestre, atribuindo esta diferença a fenómenos de absorção, reflexão e difusão. Embora esta seja uma questão válida, a sua complexidade pode desviar o foco do aluno do objetivo

principal, que é entender como a insolação pode ser aproveitada para fins energéticos. Em vez de testar a aplicação prática dos conhecimentos sobre aproveitamento energético da radiação solar, a questão acaba por exigir um entendimento mais técnico dos processos atmosféricos que afetam a radiação, o que, no caso do currículo de Geografia A do Ensino Secundário, não é um fator central.

O item 7.4. remete para a identificação da escala do mapa da Figura 9A. Na prática, a resolução do item não implica necessariamente o cálculo da escala; o aluno consegue identificá-la a partir do cálculo da distância real. Efetivamente, o cálculo de uma distância no mapa e/ou o cálculo da escala não constam das Aprendizagens Essenciais de Geografia A.

Suportes (carto)gráficos

Os suportes (carto)gráficos utilizados são baseados em fontes documentais credíveis e diversificadas, apresentando uma boa qualidade gráfica, que garante que os gráficos são claros e compreensíveis, não comprometendo a interpretação dos itens pelos alunos. No entanto, a Figura 3, associada ao item 2.4., introduz uma dificuldade desnecessária na resolução da questão. A complexidade adicionada por esta figura não se justifica, pois, a informação nela contida não é essencial para que o aluno apresente medidas de promoção da eficiência energética e hídrica, nem para explicar como essas medidas contribuem para a redução das pegadas ecológicas. Essa inclusão desnecessária de complexidade pode confundir os alunos e desviar o foco do que realmente se pretende avaliar – a compreensão e aplicação de conhecimentos geográficos, relacionados com a eficiência integrada água-energia. Portanto, é crucial que os suportes (carto)gráficos sejam cuidadosamente selecionados para adicionar valor e clareza às questões, evitando a introdução de elementos que possam prejudicar a objetividade e a eficácia do processo de classificação/avaliação.

Tempo disponível para a realização do Exame Final Nacional

Contrariamente ao sucedido na edição anterior desta prova, alguns professores reportaram que o tempo para a sua realização foi suficiente. Embora a perceção do tempo adequado possa variar entre diferentes alunos e professores, o *feedback* positivo indica uma evolução na preparação e execução destes instrumentos de avaliação externa. Esta mudança deve ser reconhecida e mantida em edições futuras para assegurar que todos os alunos têm a oportunidade de demonstrar plenamente as suas competências geográficas.

Critérios de Classificação (CC)

Cotação/Valoração

Comparativamente aos CC estabelecidos nas provas anteriores, mantem-se o número de itens obrigatórios e a inserção de itens de construção neste conjunto, contribuindo para um maior grau de exigência e seriação dos alunos.

Verificou-se uma preocupação com a valoração diferenciada dos itens, atribuindo-se uma cotação superior a dois itens de construção (2.4 e 6.3.), associados a competências de pensamento crítico e estratégico, idealmente suportadas por uma explanação clara, coerente, organizada e mobilizadora de vocabulário geográfico cientificamente correto. Em todo o caso, não é compreensível o critério de atribuição de igual valoração, uma vez que, o que é enunciado como tópicos de resposta nos Critérios Específicos de Classificação o grau de complexidade díspar. Neste sentido, o item 7.3. deveria ter uma valoração superior atendendo ao que é solicitado ao aluno.

Critérios de Classificação

Para tornar o processo de classificação mais claro e transparente, no item 1.4., seria importante incluir tópicos de resposta que abordem a perspetiva intranacional. Atualmente,

os critérios de classificação concentram-se em razões socioeconómicas gerais, como a necessidade de mão-de-obra em setores como a agricultura e a hotelaria, a estabilidade social e o custo de vida atrativo para aposentados. Contudo, uma análise mais detalhada que considerasse diferenças regionais específicas dentro de Portugal, como o impacto das políticas de desenvolvimento regional nas NUTS III, tornaria a classificação mais precisa e representativa da realidade nacional.

No que concerne ao item 2.4., os tópicos de resposta nos Critérios Específicos de Classificação são demasiado simplistas, dado o nível de complexidade do item. Neste, exige-se que os alunos apresentem duas medidas de promoção da eficiência integrada água-energia e expliquem como estas contribuem para a redução das pegadas no consumo de água e energia. No entanto, os critérios atuais focam-se em medidas básicas e não refletem plenamente a profundidade de análise e a inter-relação entre os conhecimentos que o item exige. Para refletir adequadamente a complexidade, seria necessário que os critérios incluíssem tópicos que abordassem medidas técnicas, as implicações económicas, sociais e ambientais, bem como as interações entre eficiência hídrica e energética em diferentes contextos regionais de Portugal. Esta abordagem garantiria uma avaliação mais justa e aprofundada, refletindo a verdadeira complexidade e interdisciplinaridade das questões geográficas abordadas no exame.

Considerações finais

A decisão de manter a estrutura do ano anterior reflete uma continuidade que proporcionou acessibilidade à prova, com temas e conteúdos que são, habitualmente, trabalhados em sala de aula.

A prova continua a ser representativa dos conteúdos constantes dos documentos orientadores da disciplina. Tanto a escolha dos temas a testar, como a formulação dos itens são um reflexo significativo das competências associadas aos domínios de aprendizagem ‘Analisar questões geograficamente relevantes do espaço português’, ‘Problematizar e debater as inter-relações no território português e com outros espaços’ e ‘Comunicar e participar’.

Relativamente aos processos cognitivos mobilizados na resolução da prova, é de congratular a existência de itens relacionados com a tomada de posição e argumentação face a situações-problema, em que o devido enquadramento das especificidades regionais e locais características do território relevam para um nível de raciocínio e pensamento crítico de elevado valor, no âmbito da cidadania territorial. Apesar desta consideração, a redação dos itens de escolha múltipla deve ser simplificada e mais ajustada ao ciclo de estudos dos alunos – a identificação da alínea correta não deve depender da compreensão do vocabulário rebuscado utilizado.

Atendendo, ao atual universo de professores de Geografia, reforça-se a importância da formação de mais professores classificadores, bem como, a revisão dos critérios da Bolsa de Professores Classificadores, de modo a valorizar a experiência, quer letiva, quer como professores classificadores; além do mais, recomenda-se que os Critérios Específicos de Classificação sejam mais claros e apresentem maior número de tópicos de resposta.

Em virtude deste documento, reiteramos que adotar uma linguagem mais acessível e equilibrar melhor os conteúdos do Exame Nacional Final de Geografia A é crucial para garantir uma avaliação justa e representativa das aprendizagens dos alunos: uma prova bem formulada deve refletir a diversidade de conhecimentos e capacidades que a disciplina de Geografia A pretende desenvolver, proporcionando a todos os alunos uma oportunidade equitativa de demonstrar o que aprenderam e promovendo uma educação mais inclusiva e equilibrada.

Além do mais, é fundamental que o IAVE elabore um estudo de diagnóstico sobre os itens dos dois Exames Finais Nacionais de Geografia A do presente ano letivo, dado que esta disciplina é amplamente escolhida pelos alunos, quer para a sua formação base de Ensino Secundário, quer como prova de ingresso no Ensino Superior, e obteve, de acordo com os resultados obtidos na 1.ª Fase, a segunda média nacional mais baixa. Justificar os resultados obtidos, de acordo com as observações que chegaram à Associação por parte de associados ou professores classificadores, procurando detetar eventuais problemas na formulação das questões que constituem estes documentos nacionais; por outro, que os itens podem não refletir adequadamente o currículo ensinado, criando um desfasamento entre o que é

leccionado e o que é avaliado, levando à crença, por parte de professores e alunos, de uma preparação 'insuficiente' e/ou desalinhada com os Exames Finais Nacionais da disciplina.

Afiançamos, deste modo, que a integridade da disciplina de Geografia A no Ensino Secundário e a confiança dos alunos no sistema de avaliação externa dependem, incontornavelmente, desta necessária reflexão que, por parte da equipa do IAVE, demonstrará o seu compromisso sólido e irrefutável para com a qualidade da educação (geográfica), assegurando que todos os alunos têm uma oportunidade justa de demonstrar as suas capacidades, numa lógica de sustentabilidade do seu sucesso académico.

Lisboa, 26 de julho de 2024

Ana Cristina Câmara
Presidente da Direção